

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Opea Securitizadora S.A. (“Companhia”) é uma Companhia anônima aberta, tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria nº 1.240, 6º andar, conjunto 62. Seu controlador é a Opea Holding S.A.

A Companhia tem como principal atividade a aquisição de créditos imobiliários, títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e em direitos do agronegócio.

Em 15 de julho de 2020 houve a cisão parcial da Companhia e em 09 de abril de 2021 a Opea Capital S.A. (antiga Yawara Brasil S.A.), sociedade do Grupo Jaguar Growth Partners, adquiriu a totalidade das ações de emissão da RB Capital Companhia de Securitização que era de titularidade da RB Capital S.A., e passou chamar-se Opea Securitizadora S.A. a partir de 7 de setembro de 2021, tornando-se a única acionista e controladora da Companhia.

1.1 Aquisições e principais eventos societários

Em 18 de março de 2022 a OPEA Capital S.A (antiga Yawara Brasil S.A.), controladora da Companhia, firmou instrumento de compra e venda das seguintes sociedades direta ou indiretamente adquiridas ao montante de R\$ 58.700 mil:

Sociedades adquiridas	%
Nova Atlantis Participações Ltda.	98,6
Planeta Securitizadora S.A.	100
PlanetaSec Assessoria Financeira Ltda.	100
Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	100
Gaia Cred III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	100

A motivação da aquisição é em decorrência do planejamento de crescimento inorgânico com a potencialização da operação obtida por meio da sinergia entre as sociedades no mercado de securitização.

Como parte do processo de reorganização, em 30 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da controladora (Opea Capital S.A), aprovou a reestruturação societária com a seguintes incorporações:

- i) Incorporação da Planeta Securitizadora S.A., pela Nova Atlantis Participações Ltda., a valor patrimonial contábil sucedendo a referida companhia em todos os seus direitos e obrigações a partir da data de incorporação. Como consequência desta incorporação a Planeta Securitizadora S.A terá seu registro de companhia aberta na categoria S2 cancelado na CVM. As ações representativas do capital social da companhia foram extintas, sendo que o capital da Nova Atlantis Participações Ltda., permaneceu inalterado, após a incorporação.
- ii) Incorporação da Nova Atlantis Participações Ltda. pela Opea Capital S.A a valor patrimonial contábil no montante de R\$ 8.910 mil referente aos ativos e passivos remanescentes da sociedade na data de avaliação, acrescido do montante de R\$ 7.030 mil referente à variação patrimonial entre a data de avaliação do laudo e a efetivação da operação, totalizam o montante de R\$ 15.940 mil, saldo do patrimônio líquido da Nova Atlantis Participações Ltda. na data de efetivação da

operação. sucedendo a referida sociedade em todos os seus direitos e obrigações a partir da data de incorporação.

Como consequência desta incorporação a Nova Atlantis Participações Ltda., foi extinta e as quotas representativas do seu acervo líquido foram aumentados no capital social da Opea Capital S.A, no montante de R\$ 122 mil na data de efetivação da operação, sendo que os acionistas minoritários da Nova Atlantis passaram a integrar o quadro de acionistas da Opea Capital S.A.

- iii) Incorporação reversa da Opea Capital S.A. em ato contínuo, a Companhia incorporou de forma reversa a sua então controladora, com efeito de extinção, e passou a deter os seguintes ativos após a incorporação:

Foram emitidas 2.072.752 novas ações ordinárias da Opea Securitizadora S.A., com isso, o total de ações emitidas da Companhia e de titularidade da Opea Capital S.A da Companhia 10.000.000. Em consequência desta incorporação reversa, as ações foram transferidas para os acionistas da Opea Capital S.A., e em sequência foram transferidas por esses acionistas para a Opea Holding S.A. como integralização do capital social por igual número de ações, sendo assim a Opea Holding S.A. a única acionista da Companhia.

Em dezembro de 2022, houve também a cessão de investimentos pela Opea Securitizadora S.A. para a Opea Holding S.A. das empresas Marú Acquisiton LTDA., Opea Assessoria de Crédito LTDA. e Opea Gestora de Recursos LTDA. através do resgate de 1.598.800 ações da Companhia, sendo assim o total final de ações emitidas da Companhia é de 8.401.200.

O valor econômico (equity value) atribuído aos ativos da Opea Capital S.A (excluindo o valor da participação detida pela Opea Capital S.A na Opea Securitizadora) foi de R\$ 63.120, sendo o montante de R\$ 5.688 mil no capital social, R\$ 35.197 mil na reserva especial de amortização de ágio e R\$ 22.305 mil na reserva de capital na data de efetivação da operação.

A seguir, o resumo dos valores envolvidos na incorporação reversa e valor justo dos ativos e passivos detidos pela Opea Capital S.A:

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2022</u>		<u>Saldos em</u> <u>31/12/2022</u>
Ativo Circulante	23.563	Passivo Circulante	14.294
Caixa e equivalentes de caixa	13.750	Contas a pagar	11.568
Contas a receber de clientes	270	Impostos, taxas e contribuições	1.932
Impostos a recuperar	9.173	Receita antecipada	565
Outros créditos	370	Outras contas a pagar	229
Ativo não circulante	60.809	Passivo não circulante	2.878
Partes relacionadas	1.652	Partes relacionadas	1.561
Investimentos	11.958	Outras contas a pagar	1.233
Intangível	46.956	Passivo a descoberto	84
Outros créditos	243	Patrimônio Líquido	67.200
		Capital social	132.270
		Reservas de lucros/Prejuízos acumulados	(65.070)
Total Ativo	84.372	Total Passivo e Patrimônio Líquido	84.372

Em 18 de março de 2022 a Opea Capital S.A. (empresa incorporada pela Companhia em dezembro de 2022), adquiriu 98,6% do capital da Nova Atlantis Ltda por R\$ 57.800. A Nova Atlantis Ltda. na data da aquisição possuía 100% do capital da PlanetaSec Assessoria Financeira Ltda. e 100% do capital da Planeta Securitizadora S.A..

Valor justo assumido de ativos e passivos na data da aquisição:

Nova Atlantis	
	03/2022
Impostos a recuperar	37
Partes relacionadas	1
Outras contas a receber CP	109
Bloqueios judiciais	2
Investimentos	12.522
Outras contas a receber LP	243
Contas a pagar	(3)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	12.911

	31/12/2022
Ágio da combinação	44.951

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia no Brasil.

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 “Demonstração do Valor Adicionado”.

2.4 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3 Principais práticas contábeis adotadas

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes ativos e passivos que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos a valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente em operações compromissadas. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado.

c) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados conforme a seguir:

- (i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto;
- (ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de resultado.

No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da administração.

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

- A instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou
- A instituição transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital outorgados pela companhia

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios estabelecidos em política contábil.
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Contratos de Garantia” e “Compromissos de conceder empréstimos”, os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Redução ao valor recuperável

(i) Mensuração das perdas esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(iii) Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido e com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares não será recuperado. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de

expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

f) Ativos intangíveis

(i) Software

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

A vida útil do ativo capitalizado foi estimada em 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Direito de Uso - Arrendamento

O direito de uso é reconhecido somente se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação e o contrato tiver duração superior a 12 meses.

O reconhecimento inicial é feito no ativo com contrapartida no passivo de arrendamento (Leasing). O direito de uso é mensurado pelo custo e o valor do passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento descontados utilizando a taxa de juros do contrato. Caso a taxa de juros não possa ser determinada imediatamente é utilizado a taxa de desconto calculada pela metodologia Capital Asset Pricing Model (CAPM) da Companhia. Após o reconhecimento inicial, o direito de uso é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e o passivo de arrendamento sofrerá aumento para refletir os juros e será deduzido o valor das parcelas pagas. No resultado serão reconhecidos os juros sobre o passivo de arrendamento e os pagamentos variáveis não reconhecidos na mensuração do passivo de arrendamento.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado no prazo do contrato de arrendamento.

h) Ativos Imobilizados

(i) Equipamentos de Informática

Os equipamentos de informática são reconhecidos no ativo pelo custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial o ativo imobilizado é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens e é reconhecida no resultado. A vida útil do bem foi estimada em 5 anos.

(ii) Benfeitorias em imóveis de terceiros

Os gastos referentes a obras e melhorias realizadas em imóveis de terceiros são reconhecidos no ativo somente se os custos puderem ser mensurados de maneira confiável e os benefícios econômicos futuros for provável. Após o seu reconhecimento inicial, os gastos de obras e melhorias são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado no prazo do contrato de locação do imóvel.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e for provável que terá de liquidar a obrigação e for possível mensurar o valor da obrigação de forma confiável.

Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indiquem a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, criam uma expectativa válida nessas outras partes de que ela cumprirá com essas responsabilidades.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

j) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

Receita de “spread”

O “spread” da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito imobiliário e/ou do agronegócio e o preço de colocação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e/ou dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro aplicando determinada taxa de desconto que somente é em parte repassada como forma de remuneração dos CRI/CRA, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no “spread” reconhecido à vista. Dessa forma, não é observado “spread” quando as taxas (preços) de compra e venda dos créditos forem as mesmas.

Receita de serviços de administração

A receita com a prestação de serviços de administração do patrimônio fiduciário é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber e reconhecida no momento da efetiva prestação do serviço.

Receita de serviços de estruturação, emissão, distribuição e descontinuidade

A receita de serviços de estruturação, emissão, distribuição e descontinuidade decorre do desenvolvimento de operações de crédito estruturado voltadas aos setores imobiliário e do agronegócio. Os valores e as condições são acordados entre as partes e tais receitas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência, ou seja, à medida que o serviço é prestado.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o

lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

l) Lucro básico por ação

O cálculo básico de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

m) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e os juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo com base nos dividendos mínimos definidos pelo estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como um passivo quando aprovado pelo Conselho de Administração e de referendado da Assembleia Geral Ordinária.

n) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, as normas relacionadas a seguir apresentaram alterações em sua redação que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022.

Essas alterações não resultaram em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à NBC TG 27: Ativo Imobilizado – venda antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, pois a Companhia já não tinha por prática deduzir o valor da venda de mercadorias do custo de item do imobilizado adquirido para produzi-la.

Referências à Estrutura Conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3, equivalente ao NBC TG 15 (R1) – Combinação de negócios, para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37, equivalente ao NBC TG 25 -

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ou IFRIC 21, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Entram em vigor em 1º de janeiro de 2023, as alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, o qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 1 / NBC TG 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, a emenda ao IAS 1, correlato ao NBC TG 26, a qual visa promover a consistência na aplicação dos requisitos da norma, ajudando as entidades a determinar se, no balanço patrimonial, os empréstimos e financiamentos e outros passivos com uma data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes ou não circulantes. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8 / NBC TG 23: Definição de estimativas contábeis	Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, as alterações propostas por esta emenda ao IAS 8, norma correlata ao NBC TG 23, as quais esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.
Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação	Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, as alterações que esclarecem que a isenção de reconhecimento inicial não se aplica a transações em que montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis surgem no período do reconhecimento inicial. A Companhia está avaliando possíveis impactos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliadas com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos - Conta Corrente	1.057	593
Aplicações financeiras - Itaú (a)	14.090	704
Aplicações financeiras - Bradesco (b)	1.779	-
Total	16.926	1.297

- (a) Referem-se a aplicações em operações compromissadas bancárias remuneradas em média à 75% do CDI, aplicações em CDB remuneradas à 99% do CDI e Fundo Soberano remunerados à 12,35% a.a., e com liquidez imediata;
- (b) Referem-se a aplicações em operações em CDB remuneradas em média à 99% do CDI, e com liquidez imediata.

5 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2022	31/12/2021
Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI - CP (a)	55	224
Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI - LP (a)	146	-
	201	224

- (a) No dia 25 de março de 2021, a Companhia adquiriu certificados de recebíveis imobiliários, remunerada pelo IPCA + 7% ao ano, com vencimento em março de 2027.

6 Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber	1.588	1.814
Provisão para perdas esperadas	(1.040)	(722)
	548	1.092

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Vencidas		
Até 30 dias	391	-
31 a 60 dias	27	-
61 a 90 dias	23	16
91 a 180 dias	45	71
Acima de 180 dias	1.040	722
A vencer	<u>62</u>	<u>1.005</u>
	<u>1.588</u>	<u>1.814</u>

Movimentação na provisão para perdas esperadas

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	<u>(722)</u>	<u>(622)</u>
Adições	(194)	(104)
Saldo de Incorporação Opea Capital	(447)	-
Reversões por recuperação	323	4
Saldo no fim do período	<u>(1.040)</u>	<u>(722)</u>

7 Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - IRPJ/CSLL	4.403	1.439
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (a)	11.329	1.400
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	1.255	516
Outros Impostos	263	150
	<u>17.250</u>	<u>3.505</u>

(a) Refere-se a Imposto de Renda retido em aplicações financeiras.

8 Outros créditos

Ativo Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Despesas a serem reembolsadas (a)	3.068	5.329
Outros (b)	8.039	3.511
	<u>11.107</u>	<u>8.840</u>

Ativo Não Circulante	30/09/2022	31/12/2021
Outros (c)	291	48
	<u>291</u>	<u>48</u>

(a) Referem-se a despesas incorridas pela Companhia para emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que serão reembolsadas pelos emissores dos lastros. Tais despesas concentram-se em pagamentos para agentes fiduciários, custódia, taxas e emolumentos. A administração tem expectativa de recebimento no decorrer de 2023, desta forma classificou esses ativos como “Circulante”.

(b) O valor de R\$ 6.658 refere-se à rendimentos de aplicações financeiras que não são registrados no patrimônio separado, que conforme termo de securitização são devidos periodicamente à Companhia. Tais ativos não possuem data de vencimento, cuja expectativa de recebimento pela administração é nos próximos 12 meses. O saldo de R\$ 1.381 refere-se a pagamento antecipado a fornecedores e a funcionários.

- (c) O valor de R\$ 48 refere-se a depósitos e bloqueios judiciais e o valor de R\$ 243 refere-se ao valor a receber pela transferência de cotas da PlanetaServ Assessoria Financeira LTDA. efetuada em 13/01/2022 pela Nova Atlantis Participações LTDA. (empresa incorporada pela Opea Capital S.A., que por sua vez foi incorporada pela Companhia).

9 Imobilizado e Intangível

(i) Imobilizado:

	Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Equipamentos de Informática		507	325
Depreciação de equipamentos de informática	20% a.a.	(102)	(12)
Móveis e utensílios		72	-
Depreciação de móveis e utensílios	10% a.a.	(7)	-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		286	125
Depreciação de Benf. Imóveis de Terceiros	60 meses	(56)	(2)
		<u>700</u>	<u>436</u>
		31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início dos exercícios		<u>436</u>	<u>-</u>
Adições Equipamentos		182	325
Depreciação Equipamentos		(90)	(12)
Adições Móveis e utensílios		72	-
Depreciação Móveis e utensílios		(7)	-
Adições Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		161	125
Depreciação de Benf. Imóveis de Terceiros		(54)	(2)
Saldo no fim dos exercícios		<u>700</u>	<u>436</u>

(ii) Intangível:

	Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Softwares em desenvolvimento		275	1.236
Softwares prontos		5.944	3.676
Amortização softwares prontos	20% a.a.	(2.308)	(1.234)
Intangível – Carteira de Clientes Opea		11.182	-
Amortização Intangível – Carteira de Clientes Opea	92 meses	(3.027)	-
Contrato de não competição – Opea		3.180	-
Amortização Contrato de não competição	18 meses	(3.180)	-
Intangível – Carteira de Clientes Nova Atlantis		8.483	-
Amortização Intangível – Carteira de Clientes Nova Atlantis	106 meses	(724)	-
Goodwill – Opea		54.204	-
Amortização de Goodwill – Opea	60 meses	(35.775)	-
Goodwill – Nova Atlantis		44.951	-
Amortização de Goodwill – Nova Atlantis	60 meses	(32.549)	-
Goodwill – Opea Gestora		211	-
		<u>50.867</u>	<u>3.678</u>
		31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período		<u>3.678</u>	<u>2.646</u>
Adições Softwares		1.307	1.692
Amortizações Softwares		(1.074)	(660)
Adições Carteira de Clientes Opea		11.182	-
Amortizações Carteira de Clientes Opea		(3.027)	-
Adições Contrato de não competição Opea		3.180	-
Amortizações Contrato de não competição Opea		(3.180)	-

Adições Carteira de Clientes Nova Atlantis	8.483	-
Amortizações Carteira de Clientes Nova Atlantis	(724)	-
Adições Goodwill Opea Securitizadora	54.204	-
Amortizações Goodwill Opea Securitizadora	(35.775)	-
Adições Goodwill Nova Atlantis	44.951	-
Amortizações Goodwill Nova Atlantis	(32.549)	-
Adições Goodwill Opea Gestora	211	-
Saldo no fim do período	50.867	3.678

10 Direito de Uso - Arrendamento

	Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Direito de Uso de Imóveis		956	956
Amortização de Direito de Uso de Imóveis	60 meses	(223)	(32)
Direito de Uso de Equipamentos de Informática		55	55
Amortização de Direito de Uso de Equip. de Informática	24 meses	(39)	(11)
		749	968
		31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período		968	-
Adições Direito de Uso de Imóveis		-	956
Amortização de Direito de Uso de Imóveis		(191)	(32)
Adições Direito de Uso de Equip. de Inform.		-	55
Amortização de Direito de Uso de Equip. de Informática		(28)	(11)
Saldo no fim do período		749	968

11 Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não circulante (a)	124	2
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo não circulante (b)	2.610	249
	31/12/2022	30/09/2021
Resultado		
Opea Capital S.A. (c)	158	21

- (a) Em 2022 o valor de R\$ 74 refere-se a reembolso a receber da Marú Acquisition, o valor de R\$ 5 refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) da Realty XV, o saldo de R\$ 44 refere-se a reembolso a receber da Marú Crédito, o valor de R\$ 1 refere-se a reembolso a receber da Opea Holding e o saldo de 2021 refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) da Kompass Companhia Securitizadora de Crédito.
- (b) Em 2022 o valor de R\$ 1.561 refere-se a Dividendos a pagar para a Yawara LLC, o valor de R\$ 820 refere-se a Dividendos a pagar para a Opea Holding, o saldo de R\$ 229 referente a reembolso de despesas a pagar da PlanetaServ, e o valor de R\$ 249 de 2021 refere-se a dividendos a pagar para a controladora Opea Capital S.A.
- (c) O valor de R\$ 158 de 2022 e R\$ 21 de 2021 referem-se a gastos com aquisição de software.

12 Impostos, taxas e contribuições

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	555	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	1.121	122
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	66	64
PIS e COFINS	210	57
Outros impostos	281	88
	2.233	331

13 Provisão para contingências

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para contingências cíveis (a)	-	24
	-	24

- (a) Em 31 de março de 2021 foi provisionado o montante de R\$ 24 referente a um processo que possui causa provável de perda, conforme avaliação da administração e seus assessores jurídicos. Foi firmado acordo com a Autora que renunciou sua pretensão em relação à Opea Securitizadora S.A. A renúncia foi homologada e o processo foi extinto, sendo assim, o montante provisionado de R\$ 24 foi baixado.

14 Outras contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Aquisição de empresas (a)	11.521	-
	11.521	-

- (a) Refere-se ao saldo a pagar da aquisição da Nova Atlantis Participações Ltda., Planeta Securitizadora S.A., PlanetaSec Assessoria Financeira S.A., GAIACRED II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. e GAIACRED III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. efetuada pela Opea Capital S.A. em 18 de março de 2022, que foi incorporada pela Companhia em dezembro de 2022.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social está dividido em 8.401.200 ações (7.927.248 em 31 de dezembro de 2021), ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 22.999 (R\$ 17.311 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$ 12.311 integralizado e R\$ 5.000 a integralizar), totalmente integralizado.

15.2 Aumento de capital

Em 30 de setembro de 2021, foi aprovado em assembleia o aumento de capital no valor de R\$ 16.120 mediante a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) de R\$ 2.289, capitalização das reservas de lucro no valor de R\$ 8.831 e o valor de R\$ 5.000 que será integralizado após 30 de setembro de 2022. Com isso, o capital social da Companhia passou de R\$ 1.191 para R\$ 17.311.

Em 2022, o valor de R\$ 5.000 foi integralizado (R\$ 507 em janeiro, R\$ 2.108 em março, R\$ 1.086 em abril, R\$ 190 em maio e R\$ 1.109 em novembro).

Em 31 de dezembro de 2022 houve o aumento de capital de R\$ 5.688, referente a incorporação da Opea Capital S.A.

15.3 Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reserva de retenção de lucros de R\$ 47.924 (R\$ 1.542 em 31 de dezembro de 2021) e possui reserva legal de R\$ 463 (R\$ 290 em dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 houve retenção de lucros acumulados de R\$ 2.460.

15.4 Dividendos

No semestre findo em 30 de junho de 2021 os acionistas aprovaram a renúncia de R\$ 1.629 e o pagamento de dividendos no montante de R\$ 112.

O Estatuto Social da Companhia Prevê a Constituição de Dividendos mínimos de 25% do saldo restante do lucro líquido após a dedução da Reserva Legal.

Destinação do Resultado do Exercício:

O lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi destinado conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	3.453	1.046
Reserva legal - 5%	(173)	(52)
Base de cálculo para dividendos	3.280	994
Dividendos mínimos obrigatórios	820	249
Dividendos declarados	(820)	(249)
Juros sobre capital próprio pagos	-	-
Retenção de lucros	<u>2.460</u>	<u>745</u>

16 Receita líquida

	<u>01/01/2022</u>	<u>01/01/2021</u>
	à	à
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Bruta	12.227	13.228
Taxa de Administração de CRI	79	160
Taxa de Emissão e distribuição de CRI	9.866	4.871
Taxa de Estruturação de CRI	8	-
Taxa de emissão de CRA	1.663	132
Taxa de distribuição CRA	502	-
Taxa de descontinuidade	92	-
Spread	17	8.065
Impostos Incidentes	(1.203)	(804)
Receita Líquida	<u>11.024</u>	<u>12.424</u>

A receita da Companhia é oriunda de receita de “spread” com a emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA) e da prestação de serviços de administração, emissão, estruturação, distribuição dos patrimônios separados correspondentes das emissões desses certificados.

17 Custos dos serviços prestados

01/01/2022	01/01/2021
------------	------------

	à 31/12/2022	à 31/12/2021
Custo com agentes fiduciários	-	(18)
Custo com custódia e emissão	-	(2)
Custo com estruturação	(400)	(1.238)
Custo com distribuição	-	(264)
Outros custos	-	(7)
Total	(400)	(1.529)

18 Despesas por natureza, líquidas

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC, o detalhamento das principais despesas operacionais por natureza está apresentado a seguir:

	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Serviços de terceiros	(3.956)	(1.895)
Despesas com viagens	(117)	(4)
Despesas com taxas e cartórios	(229)	(148)
Despesas com informática e telecomunicações	(1.515)	(1.297)
Despesas com taxas e contribuições	(161)	(51)
Despesas com folha de pagamento	(14.729)	(9.149)
Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	129	(100)
Reversão (Provisão) para liquidação CRI Perini	-	26
Despesas com patrocínios	-	(59)
Despesas com anúncios e publicações	(336)	(410)
Outras receitas/(despesas) líquidas	3.141	(135)
Total	(17.773)	(13.222)

Classificadas como	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Despesas gerais e administrativas	(5.743)	(3.374)
Despesas com pessoal	(14.729)	(9.149)
Despesas de comercialização	(324)	(473)
Despesas tributárias	(118)	(17)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.141	(209)
Total	(17.773)	(13.222)

19 Resultado financeiro

	01/01/2021 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Receitas Financeiras		
Juros ativos	483	54
Rendimento de aplicações financeiras	11.081	5.476
	11.564	5.530
Juros passivos	(209)	(53)
Perdas em aplicações financeiras	(205)	(33)
Outras despesas	(526)	(50)
	(940)	(136)
Resultado Financeiro Líquido	10.624	5.394

20 Imposto de renda e contribuição social

20.1 Composição das despesas de imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) - Correntes

	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Despesas correntes		
CSLL	-	(565)
IRPJ	-	(1.463)
Total	-	(2.028)

20.2 Composição das despesas de imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) – Diferidos

	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Despesas diferidas		
CSLL	(2)	2
IRPJ	(6)	6
Total	(8)	8

20.3 Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Lucro do Período Antes dos Efeitos do IRPJ e de CSLL	(3.461)	3.066
Despesas com constituição de provisões	(5.115)	74
Despesas indedutíveis gerais	664	229
Equivalência Patrimonial	14	(1)
Despesas Temporárias	(19)	2.910
Lucro Tributável	(995)	6.278
Benefício 10% IRPJ	-	47
Benefícios Fiscais	-	(2.135)
34% do lucro real	-	36
Outros	(8)	8
Benefício adicional do IRPJ 10% 240 mil	-	24
Total IRPJ / CSLL	(8)	(2.020)

21 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido/(prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	3.453	1.046
Quantidade	8.401	7.927
Lucro líquido básico por ação (centavos por ação)	0,411	0,132

22 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- Caixa e equivalentes de caixa: conforme descritos na nota explicativa nº 4;
- Contas a receber, títulos e valores mobiliários e outros créditos: conforme descritos nas notas explicativas nº 5, nº 6 e nº 8;

Instrumentos financeiros por categorias

Natureza	Classificação	Hierarquia	31/12/2022		31/12/2021	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	VJR	Nível 2	16.926	16.926	1.297	1.297
Títulos e valores mobiliários	VJR	Nível 2	201	201	224	224
Contas a receber	VJR	Nível 2	548	548	1.092	1.092
Outros créditos	Custo Amortizado	Nível 2	11.398	11.398	8.888	8.888
Total			29.073	29.073	11.501	11.501
Passivo						
Contas a pagar	Custo Amortizado	Nível 2	15.387	15.387	1.761	1.761
Total			15.387	15.387	1.761	1.761

22.1 Valor justo e categoria dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia contabilizados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que administram os fundos de investimento em que parte dos recursos da Companhia é aplicada.

A Companhia não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente que os valores sejam aqueles realizados no mercado atual.

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- **Nível 1** - Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- **Nível 3** - Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

22.2 Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

A Companhia administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais.

22.3 Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseados em análises dos fluxos de caixa descontados.

22.4 Gestão de riscos financeiros

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado.

O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros.

22.4.1 Derivativos

No período findo de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos.

22.4.2 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de contas a receber e despesas reembolsáveis.

22.4.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis.

Na atual data base a administração não identificou passivos financeiros com risco de liquidez.

22.4.4 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI.

22.5 Análise de sensibilidade

Premissas

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir:

- **Cenário base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados na data base no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico;
- **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base;
- **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base.

Análise da administração

A Companhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações. A Companhia entende ainda que, apesar de possuir ativos indexados ao CDI, necessita de apenas um cenário de risco, desde que esse seja o mais conservador para o resultado líquido dos instrumentos.

A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade. Os percentuais de CDI e IPCA utilizados na sensibilidade foram obtidos através do relatório de projeções do Banco Itaú emitido em fevereiro de 2023 e representam a expectativa para os próximos 12 meses.

Premissas			Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Diminuição da taxa do CDI					
Caixa e equivalentes de caixa			12,72%	9,54%	6,36%
Diminuição da taxa do IPCA					
Títulos e valores mobiliários			6,26%	4,70%	3,13%
Fator de risco	Risco	Instrumento	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa	2.153	1.615	1.076
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Títulos e valores mobiliários	26	19	13

23 Operações por segmento

Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 “Informações por segmento”. O CPC 22 é mandatório para demonstrações financeiras cujos exercícios se encerram a partir de 31 de dezembro de 2010. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da

Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento (securitização de créditos) e, por isso, considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

24 Eventos Subsequentes

Não houve evento subsequente passível de divulgação no âmbito do CPC 24 – Evento Subsequente.

* * *

Fábio Roberto Benvindo
CRC 1SP255684/O-3